

REQUERIMENTO

Ao Excelentíssimo Senhor

Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJRO

Assunto: Reconhecimento do tempo de serviço prestado durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, implantação das vantagens funcionais correspondentes e adoção de providências administrativas para pagamento dos valores retroativos, nos termos da Lei Complementar estadual nº 1.303/2025 e da Lei Complementar federal nº 226/2026.

O **Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Inativos, Pensionistas e Transpostos Para o Quadro da União, no Poder Judiciário do Estado de Rondônia- SINJUR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 34.482.307/0001-98, com sede nesta Capital na Rua Venezuela, nº 1.082, Bairro Nova Porto Velho, CEP 76820-100, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **ANDRÉ DE SOUZA COELHO**, portador do RG n. 628336 SESDEC/RO, inscrito no CPF/MF sob o n. 861.303.401-25, residente e domiciliado na Rua Artur Napoleão Lebre, 3665, Bairro São João Bosco, CEP 76803-834, Porto Velho - Rondônia, vem respeitosamente por meio deste, com o objetivo de contribuir com a gestão do TJ/RO, solicitar a adoção de providências administrativas para o reconhecimento do período laborado entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 como tempo de efetivo exercício para todos os efeitos legais e para a implantação e pagamento retroativo das vantagens funcionais correlatas, nos termos a seguir expostos.

I- DA LEGITIMIDADE DO SINDICATO

O SINJUR é entidade sindical representativa dos servidores ativos, inativos, pensionistas e transpostos vinculados ao Poder Judiciário do Estado de Rondônia, atuando institucionalmente na defesa de direitos e interesses coletivos e individuais homogêneos da categoria, especialmente quando a controvérsia decorre de fato comum e de solução necessariamente uniforme.

A matéria ora submetida à Presidência possui inequívoco alcance coletivo e institucional, pois envolve o tratamento jurídico-administrativo do tempo de serviço prestado em período excepcional por toda a força de trabalho do TJRO, com reflexos em adicionais por tempo de serviço, licenças por assiduidade/licença-prêmio e outras

vantagens vinculadas ao decurso temporal, o que recomenda solução centralizada, transparente e padronizada.

II. DOS FATOS

Durante o período compreendido entre **28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021**, os servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia exerceram suas atribuições de forma **contínua e ininterrupta**, assegurando a manutenção integral da atividade jurisdicional e administrativa, mesmo diante do estado de calamidade pública reconhecido em razão da pandemia da Covid-19.

A prestação do serviço público nesse intervalo ocorreu sob **regimes excepcionais de organização do trabalho**, incluindo teletrabalho, revezamentos, plantões extraordinários e adaptações operacionais determinadas pela Administração, sem que houvesse suspensão do vínculo funcional, afastamento coletivo ou interrupção do exercício das atribuições inerentes aos cargos ocupados.

Ao contrário, o período pandêmico foi marcado por **incremento de demandas, reorganização de fluxos processuais e administrativos e intensificação da atividade institucional**, circunstância amplamente reconhecida no âmbito do próprio Poder Judiciário, inclusive por atos normativos internos que disciplinaram o funcionamento das unidades judiciais e administrativas.

Apesar da efetiva prestação laboral, a aplicação das restrições previstas na **Lei Complementar nº 173/2020**, à época, resultou no **congelamento da contagem do tempo de serviço para fins de vantagens funcionais vinculadas ao decurso temporal**, bem como na suspensão de seus efeitos financeiros, gerando represamento de direitos cuja aquisição material já se encontrava em curso.

Com a superveniência de legislação federal e estadual específica, esse cenário foi substancialmente alterado, abrindo-se a possibilidade jurídica e administrativa de **reconhecimento integral do tempo efetivamente trabalhado no período pandêmico**, bem como de **regularização funcional e financeira das vantagens correlatas**, matéria que enseja a presente provocação administrativa coletiva.

III DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

III.1 – Da superação do regime restritivo da Lei Complementar nº 173/2020

A Lei Complementar nº 173/2020 instituiu medidas excepcionais e temporárias de contenção fiscal, notadamente em seu art. 8º, com impacto sobre a contagem do tempo de serviço e os efeitos financeiros de vantagens funcionais atreladas ao decurso do tempo. Tais restrições possuíam natureza transitória, vinculada exclusivamente ao período de calamidade pública, não se revestindo de caráter sancionatório nem implicando extinção do direito material decorrente do efetivo exercício funcional.

Esse entendimento foi definitivamente consolidado com a edição da Lei Complementar federal nº 226, de 12 de janeiro de 2026, que alterou a Lei Complementar nº 173/2020, acrescentando-lhe o **art. 8º-A** e **revogando o inciso IX do art. 8º**, passando a autorizar expressamente que os entes federativos promovam o pagamento retroativo de anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio e mecanismos equivalentes, relativamente ao período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que observada a disponibilidade orçamentária e os limites constitucionais.

A norma federal, portanto, removeu o óbice jurídico anteriormente existente, deslocando a matéria do campo da vedação para o campo da discricionariedade administrativa vinculada à lei local e à capacidade orçamentária do ente.

III.2 Do fundamento estadual específico aplicável ao TJRO (LC estadual nº 1.303/2025)

No exercício da competência autorizada pela legislação federal, o Estado de Rondônia editou a Lei Complementar nº 1.303, de 6 de outubro de 2025, que dispôs de forma direta e específica sobre a situação dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

O art. 1º da referida lei estabelece, de maneira inequívoca, que o tempo de serviço prestado durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 será computado para todos os efeitos legais, abrangendo, expressamente, estágios probatórios, progressões, promoções, adicionais por tempo de serviço, licenças por assiduidade e outros direitos, desde que demonstrada a não interrupção da prestação do serviço inerente ao cargo.

O parágrafo único do dispositivo, por sua vez, autoriza a contagem de tempos pretéritos, afastando qualquer interpretação restritiva quanto à aplicação retroativa do cômputo funcional, desde que atendido o requisito objetivo da continuidade do serviço,

o que, no caso do Poder Judiciário, decorre da própria organização institucional adotada no período pandêmico.

Trata-se, portanto, de norma autoaplicável no plano administrativo, que impõe à Administração o dever de reconhecer o tempo de serviço e de promover os ajustes funcionais correspondentes.

O cômputo do período de 28/05/2020 a 31/12/2021 produz reflexos diretos sobre as vantagens funcionais previstas no Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia (Lei Complementar nº 68/1992), notadamente aquelas vinculadas ao tempo de efetivo exercício, como a licença-prêmio por assiduidade, disciplinada no art. 123 e seguintes, bem como progressões, promoções e demais direitos cuja aquisição ou fruição tenha sido impactada pelo congelamento anteriormente aplicado.

A recomposição desses efeitos não configura concessão de vantagem nova, tampouco afronta ao princípio da responsabilidade fiscal, mas sim regularização administrativa de direitos cujo suporte fático (prestação do serviço) efetivamente ocorreu, agora amparada por autorização legislativa expressa, tanto em nível federal quanto estadual.

III.3 – Dos princípios administrativos aplicáveis

A implementação administrativa do reconhecimento do tempo de serviço e das vantagens correlatas encontra respaldo, ainda, nos princípios da legalidade, segurança jurídica, isonomia, eficiência administrativa e proteção da confiança legítima, evitando-se tratamentos assimétricos entre servidores em situação equivalente e prevenindo a multiplicação de litígios individuais.

Além disso, a recomposição funcional e financeira encontra respaldo nos princípios da **legalidade, isonomia, segurança jurídica, eficiência administrativa e proteção da confiança**, bem como na vedação ao enriquecimento sem causa da Administração.

A implementação administrativa do cômputo e dos pagamentos retroativos **não atende apenas ao interesse individual dos servidores**, mas sobretudo ao **interesse institucional do TJRO**, pois reduz litigiosidade, previne a multiplicação de requerimentos individuais e evita assimetrias decisórias internas. A adoção de procedimento padronizado e transparente, com etapas objetivas e comunicação institucional clara, permite que a

recomposição ocorra com previsibilidade, aderência orçamentária e controle, mitigando riscos de passivo judicial e assegurando tratamento isonômico.

IV – DA CONCLUSÃO

Diante do novo quadro normativo e da realidade fática incontroversa da prestação do serviço público durante o período pandêmico, mostra-se **juridicamente viável, administrativamente adequada e institucionalmente recomendável** a adoção de providências centralizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para reconhecer o tempo de serviço prestado entre 28/05/2020 e 31/12/2021 e promover a recomposição dos efeitos funcionais e financeiros dele decorrentes.

Tal providência prestigia a legalidade, fortalece a segurança jurídica interna, valoriza a atuação dos servidores em período excepcional da história institucional e contribui para a gestão responsável de pessoas e recursos públicos.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, o SINJUR requer, respeitosamente, que Vossa Excelência determine:

1. **O reconhecimento administrativo**, em caráter geral, de que o período compreendido entre **28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021** deve ser computado como **tempo de efetivo exercício para todos os efeitos legais** no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, nos termos da Lei Complementar estadual nº 1.303/2025;
2. **A determinação à Secretaria de Gestão de Pessoas e às unidades competentes** para que promovam a **retificação dos assentamentos funcionais**, com recomposição dos marcos temporais relativos a adicionais por tempo de serviço, licenças por assiduidade/licença-prêmio, progressões, promoções e demais vantagens impactadas;
3. **A adoção de providências administrativas para apuração e implantação dos efeitos financeiros retroativos**, nos termos da autorização prevista na Lei Complementar federal nº 226/2026, observada a disponibilidade orçamentária e os limites constitucionais aplicáveis;

4. **A definição de procedimento e cronograma institucional**, preferencialmente de forma padronizada e coletiva, podendo, se necessário, ser escalonado, de modo a garantir previsibilidade, controle e transparência na execução;
5. Subsidiariamente, **a instauração de procedimento administrativo específico ou grupo técnico** para disciplinar a forma de implementação, assegurando tratamento isonômico e evitando decisões fragmentadas;
6. Ao final, **a comunicação formal do encaminhamento adotado**, com indicação das providências determinadas e das unidades responsáveis.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Respeitosamente,

Porto Velho, 15 de janeiro de 2026


ANDRÉ DE SOUZA COELHO

**SINDICATO DOS SERVIDORES NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE
RONDÔNIA - SINJUR, CNPJ:34.482.307/0001-98**



DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS 51023377268
Data: 19/01/2026 12:04
Verifique em <https://validar.iti.gov.br/>
Assinado digitalmente via whom.doc9

DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS
OAB/RO 2.013



MARCIO MELO NOGUEIRA 67225705253
Data: 19/01/2026 12:06
Verifique em <https://validar.iti.gov.br/>
Assinado digitalmente via whom.doc9

MÁRCIO MELO NOGUEIRA
OAB/RO 2.827